



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11020.900144/2008-10  
**Recurso nº** 907.357  
**Resolução nº** **1302-000.100 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**  
**Data** 4 de agosto de 2011  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** COMERCIAL AVÍCOLA BAMPI LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência.

(assinado digitalmente)

MARCOS RODRIGUES DE MELLO - Presidente.

(assinado digitalmente)

EDUARDO DE ANDRADE - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Rodrigues de Mello (presidente da turma), Irineu Bianchi (vice-presidente), Wilson Fernandes Guimarães, Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira, Eduardo de Andrade e Daniel Salgueiro da Silva.

## Relatório

Trata-se de apreciar Recurso Voluntário interposto em face de acórdão proferido nestes autos pela 15ª Turma da DRJ/RJI, no qual o colegiado decidiu, por maioria de votos, negar provimento à Manifestação de Inconformidade apresentada pela Interessada, mantendo-se na íntegra o Despacho Decisório atacado. Restou vencido o julgador Marcelo Franco de Matos, que acolhia a preliminar de erro de fato levantada pelo contribuinte e propunha o retorno do feito à DRF de origem para prosseguir na análise do direito creditório.

O julgado foi assim ementado:

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Ano-calendário: 2002*

*COMPENSAÇÃO.*

*Não comprovada a liquidez e certeza do crédito pleiteado, deve ser mantido o Despacho Decisório que não homologou as compensações efetuadas com base no mesmo.*

Os eventos ocorridos até o julgamento na DRJ, foram assim relatados no acórdão recorrido:

Versa este processo sobre compensação. Através do Despacho Decisório de fl. 14, proferido pela Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul - RS, não foram homologadas as compensações declaradas no PER/DCOMP nº 31048.92781.161003.1.3.02-2389, (fls. 01/09).

No referido documento, a interessada declara compensar diversos débitos com o crédito relativo ao saldo negativo do IRPJ do ano-calendário de 2001, no valor original de R\$ 12.310,18.

As compensações declaradas não foram homologadas em razão de a DRF de Caxias do Sul ter identificado um saldo negativo de IRPJ no valor de apenas R\$ 9.612,89, e não o valor declarado pela interessada no Per/dcomp, de R\$ 12.310,18.

Antes de proferir o Despacho Decisório que não homologou as compensações efetuadas, a referida DRF expôs à interessada a divergência de valores encontrada, através de duas intimações a ela enviadas, em diferentes datas (fls. 10/13), para que fosse retificada a DIPJ correspondente ou apresentado Per/dcomp retificador, não tendo havido resposta para ambas as intimações.

Ciente do Despacho Decisório, a interessada apresentou a Manifestação de Inconformidade de fl. 15, onde alega que se equivocou ao preencher o Per/dcomp, sendo incorreto o saldo negativo nele informado, de R\$ 12.310,18, em vez de R\$ 9.612,89, conforme consignado na DIPJ do ano-calendário de 2003.

A recorrente, na peça recursal submetida à apreciação deste colegiado, repisa os argumentos expendidos na manifestação de inconformidade, aduzindo que se o direito creditório for reduzido, então também devem ser excluídos multa e juros relativamente aos débitos não compensados.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Eduardo de Andrade, Relator.

O recurso é tempestivo, e portanto, dele conheço.

A controvérsia é centrada no erro da recorrente ao preencher a Per/Dcomp, por informar indevidamente como saldo credor de IRPJ o valor de R\$12.310,18 (extraído da linha 16 da Ficha 12A da DIPJ/2002, “imposto de renda mensal pago por estimativa”) ao invés de R\$9.612,89 (que deveria ter constado, extraído da linha 18, “imposto de renda a pagar”), conforme consta da DIPJ/2002 (fl.37).

O acórdão recorrido reconheceu o erro, e o direito da recorrente, mas por maioria de votos, manteve o indeferimento sob alegação de que não seria mais cabível a retificação da Per/Dcomp. Vejamos o trecho do voto condutor em que tais fatos são apreciados:

*Analisando-se a DIPJ relativa ao ano-calendário de 2001, Ficha 12<sup>A</sup>, à fl. 637, constata-se que o saldo negativo do IRPJ é, efetivamente, de R\$ 9.612,89, e não aquele informado pela interessada no Per/dcomp, de R\$ 12.310,18.*

*Na verdade, R\$ 12.310,18 é o valor constante da linha 16 da referida Ficha, relativo ao “Imposto de Renda Mensal Pago por Estimativa”. Dessa forma, percebe-se que o equívoco cometido pela interessada se deu em razão de ela ter confundido o somatório dos recolhimentos relativos ao Imposto de Renda Mensal Pago por Estimativa com o saldo negativo do Imposto de Renda a Pagar, constante da linha 18.*

*Quanto à alegação de equívoco no preenchimento da Per/dcomp, a Instrução Normativa SRF nº 600, de 28/12/2005, em seu artigo 57, dispõe que só se admite a retificação de Per/dcomp antes de proferida decisão administrativa em relação à Declaração a ser retificada.*

Verifico, assim, que o fundamento para o indeferimento residiu na impossibilidade de se retificar o Per/Dcomp após o julgamento, para então ajustá-lo ao conteúdo decisório favorável ao contribuinte. Demais disso, não há nos autos elementos que à primeira vista possam descartar o direito da recorrente ao crédito.

Entendo, desta forma, que não se pode obstar o reconhecimento desse direito por impossibilidade material de alteração de sistema de computador. Neste caso, há de ser adotado outro procedimento que torne viável a satisfação do direito pleiteado, caso exista.

É certo que o §14 do art. 74 da Lei nº 9.430/96, atribui competência à Receita Federal para disciplinar a compensação ali regulada. No entanto, ao interpretar a disciplina prescrita para a compensação, deve também ser observado o direito do contribuinte (art. 74, *caput*, Lei nº 9.430/96), especialmente quando, à primeira vista não surgem razões para dele duvidar, não podendo ser obstado, preliminarmente à sua análise, por impossibilidade material.

Processo nº 11020.900144/2008-10  
Resolução n.º **1302-000.100**

**S1-C3T2**  
Fl. 126

---

De se ressaltar que o caso vertente é idêntico a dois outros casos, que na sua totalidade envolvem os anos-calendário de 2001, 2002 e 2003, em que o mesmo erro é cometido.

O direito creditório não foi integralmente analisado pela autoridade fiscal.

Desta forma, voto para converter o julgamento em diligência, para que a unidade local da RFB aprecie o direito creditório da recorrente, admitindo-se como correto o valor declarado na DIPJ/2002 (R\$9.612,89 – fl.37), e não aquele que consta da Per/Dcomp.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2011.

(assinado digitalmente)

Eduardo de Andrade - Relator